

**DECRETO Nº 12.641, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025.**

*Normatiza a Central de Vagas e regulamenta os critérios prioritários para o acesso às vagas na Educação Infantil na Rede de Escolas Municipais e nas instituições credenciadas ao Município de Santa Cruz do Sul.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 61, da Lei Orgânica do Município,

**CONSIDERANDO** a demanda de crianças hoje ser superior à capacidade de oferta da Educação Infantil na rede pública municipal, na perspectiva do acesso com equidade e qualidade;

**CONSIDERANDO** o aspecto de vulnerabilidade e risco social a que muitas crianças estão expostas;

**CONSIDERANDO** a legislação vigente que dispõe sobre a inclusão de crianças com deficiência;

**CONSIDERANDO** que muitas crianças vivem em ambientes precários em termos materiais, nutricionais e emocionais, e que ao frequentar uma escola terão uma estrutura adequada para desenvolver aspectos cognitivos e não cognitivos importantes para o seu futuro;

**CONSIDERANDO** o direito de prioridade de mães de até 18 (dezoito) anos terem acesso à educação, conforme legislação vigente;

**CONSIDERANDO** a necessidade de suporte para a inserção da mulher no mercado de trabalho;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios para atendimento da demanda existente;

**CONSIDERANDO** a previsão constitucional da oferta de Pré-Escola pela rede pública municipal;

**CONSIDERANDO** o Decreto nº 12.488/2025, que estabelece critérios e procedimentos para realização de transferência de estudantes da educação infantil na Rede Pública Municipal e nas Instituições credenciadas ao Município de Santa Cruz do Sul.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica normatizada a Central de Vagas para a Educação Infantil, que realiza a análise e levantamento de vagas e os procedimentos para oferta, para crianças de 4 (quatro) meses a 05 (cinco) anos de idade.

**Parágrafo único.** Será designada uma Comissão, mediante Portaria, responsável pela operacionalização da Central de Vagas, subordinada diretamente à Secretária Municipal de Educação.

**Art. 2º** O processo de inscrições será online por meio do sistema Educar Web, sendo a lista de contemplados com vaga, publicado, no site [www.santacruz.rs.gov.br](http://www.santacruz.rs.gov.br) na aba da Central de Vagas.

**Art. 3º** O número de vagas disponíveis será de acordo com a capacidade de atendimento de cada escola e em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação, através da Resolução nº 02, de 18 de Setembro de 2017.

**§1º** A criança de 4 (quatro) meses a 03 (três) anos não tem garantia de vaga imediata, mas somente por meio da inscrição online, durante o período estabelecido em Edital anual, será chamada para o preenchimento da vaga disponível.

**§2º** Toda criança inscrita de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos tem garantia de vaga, conforme legislação vigente.

**Art. 4º** Os pais ou responsáveis legais, ao efetuarem a inscrição da criança, declaram pleno conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas em edital, das quais não poderão alegar desconhecimento.

**Art. 5º** Os pais ou responsáveis legais ficam cientes que ao inscreverem a criança, pleiteando vaga, autorizam a Comissão Permanente de Inscrição e a Secretaria Municipal de Educação a confirmar e averiguar as informações prestadas, inclusive com realização de visita domiciliar para emissão de Parecer.

**Art. 6º** As inscrições serão realizadas de forma on-line, e anexados os documentos somente pelos pais ou responsáveis legais da criança, que respondem civil e criminalmente pela veracidade e autenticidade das informações e documentos apresentados.

**Parágrafo único.** No ato da homologação da inscrição será gerado um código alfanumérico vinculado ao nome da criança, data de inscrição, e a etapa da Educação Infantil.

**Art. 7º** Para comprovação das informações declaradas e conclusão da inscrição, os pais ou responsáveis legais deverão anexar os documentos exigidos e comparecer à Central de Vagas para a conferência dos documentos enviados, bem como a apresentação de eventuais documentos faltantes. A inscrição somente será considerada homologada após a verificação integral da documentação pela Central de Vagas, conforme previsto no edital, ocasião em que será entregue ao responsável o comprovante de inscrição.

**Parágrafo único.** Em relação aos casos com indício de risco social será procedido encaminhamento à assistente social para fins de parecer e, posteriormente, lançada a homologação final com base no parecer sugerido pela profissional habilitada.

**Art. 8º** O sistema informatizado da Secretaria Municipal de Educação classificará os candidatos às vagas da Educação Infantil – Creche, que compreende crianças de 4 (quatro) meses a 03 (três) anos, conforme os critérios de prioridade assim estabelecidos, de acordo com a ordem.

**I** – crianças em contexto de vulnerabilidade ou risco social, comprovado mediante parecer social circunstanciado e formal emitido por órgão da rede de proteção e defesa de direitos da criança e do adolescente, como o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Inclusão ou Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação;

**II** – crianças com deficiência, ou altas habilidades/superdotação, formalmente reconhecidas nos termos da Lei nº 13.146/2015 e da Lei nº 9.394/96 (LDB), mediante laudo médico atualizado constando o Código Internacional de Doenças (CID) ou avaliação multiprofissional;

**III** – crianças filhas de mães de até 18 (dezoito) anos de idade, que estejam matriculadas e frequentando a escola; comprovado por atestado atualizado e com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) ou atestado de estudos compensatórios;

**IV** – menor grau socioeconômico dos pais ou responsáveis legais, comprovado por documentação;

**V** – possuir irmão devidamente matriculado na rede municipal mediante atestado de frequência emitido pela escola em que estiver matriculado;

**VI** – disponibilidade de vaga nas Escolas indicadas no ato da inscrição.

**Parágrafo único.** A comprovação da prioridade estabelecida no inciso I do caput deste artigo deverá ser anexada ao sistema de inscrição e far-se-á exclusivamente mediante a apresentação do parecer social que ateste a situação de risco Iminente e/ou violação de direitos fundamentais, sendo vedada a mera declaração de renda ou situação socioeconômica, sem o respectivo embasamento técnico.

**Art. 9º** Para a etapa creche, os pais ou responsáveis legais dos candidatos deverão informar até três opções de escolas no momento da inscrição. Adicionalmente, será facultado ao responsável assinalar a aceitação de ser direcionado para uma vaga remanescente, caso não seja contemplado em suas opções preferenciais, sendo comunicado das escolas disponíveis conforme a ordem de classificação na lista de espera.

**Art. 10.** A classificação para a disponibilização de vagas na Educação Infantil – Creche será realizada conforme os critérios estabelecidos no artigo 8º, sendo o critério IV – menor renda definido a partir da análise do cadastro socioeconômico. Essa análise considera o total da renda bruta mensal dos pais ou responsáveis legais percebidos nos últimos três meses no momento da inscrição.

**Parágrafo único.** A lista dos contemplados conterá a divulgação das iniciais do candidato contemplado, dígitos do CPF, número de protocolo e iniciais do responsável nos

editais de divulgação de vaga e de lista de espera, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.

**Art. 11.** A não realização da matrícula em Educação Infantil creche, na escola para qual a criança foi contemplada, no prazo estipulado em edital, implicará a exclusão da criança do processo de concessão de vagas.

**Art. 12.** Candidatos em lista de espera poderão atualizar a renda familiar e o local de residência a qualquer momento, mediante apresentação de comprovantes atualizado na Central de Vagas

**Art. 13.** Os pais ou responsáveis legais que, ao comparecerem na Secretaria Municipal de Educação ou na escola em que o filho se encontra matriculado, desistirem da vaga oferecida em Educação Infantil, assinarão um Termo de Desistência de Vaga. Se a justificativa para a desistência for mudança de endereço, os pais deverão trazer o novo comprovante e informar as opções de escola, e o nome da criança será reincluído na lista.

**Art. 14.** Entende-se como abandono aquela vaga deixada por criança de 04(quatro) meses a 3 (três) anos de idade matriculada que se ausentar da escola sem motivo justificado pelo período igual ou superior a 30 (trinta) dias ininterruptos ou 50% (cinquenta por cento) em um período de 03 (três) meses, ocasionando a perda da vaga.

**Art. 15.** A criança matriculada em vaga remanescente, será excluída da lista de espera e não mais concorrerá à vaga para a(s) Escola(s) indicada(s) no ato da inscrição do respectivo processo de concessão de vagas.

**Art. 16.** Para as crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos será solicitada indicação de escola e turno de preferência durante o processo de inscrição.

**Art. 17.** A distribuição das vagas da Educação Infantil – Pré-Escola na Rede Pública Municipal será em conformidade com a disponibilidade existente em cada escola, observada a ordem dos seguintes critérios:

- I** – proximidade da residência no raio de 2 km;
- II** – crianças em contexto de vulnerabilidade ou risco social, encaminhadas por órgão competente mediante parecer descritivo;
- III** – crianças com deficiência, com laudo médico constando o CID;
- IV** – crianças filhas de mães de até 18 (dezoito) anos de idade, que estejam matriculas e frequentando a escola, comprovado por atestado atualizado e com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) ou atestado de estudos compensatórios;
- V** – menor grau socioeconômico dos pais ou responsáveis legais, comprovado por documentação;
- VI** – possuir irmão(s) matriculado na rede pública municipal, mediante comprovante de frequência emitido pela escola;
- VII** – disponibilidade de vagas nas de Escolas indicadas no ato da inscrição.

**Art.18.** Fica revogado o Decreto nº12.376, 28 de março de 2025, e todos os demais que contrariarem este dispositivo legal.

**Art. 19.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 12 de dezembro de 2025.

**SÉRGIO IVAN MORAES**  
**Prefeito Municipal**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

**MATHEUS LUÍS FERREIRA**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão